



GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

CONTEXTO

A Dívida Pública Federal (DPF) representa o endividamento consolidado do Governo Federal destinado a prover sua necessidade de financiamento, sendo sua composição efetivamente fundada sob a forma de títulos públicos e contratos de dívida.

No que se refere à materialidade, importa destacar que o macroprocesso "Gerir Passivos" é responsável por gerir a DPF cujo montante, em 31/12/2017, foi de R\$ 3,6 trilhões em poder do público.

A gestão da DPF tem como objetivo central o suprimento eficiente das necessidades de financiamento do Governo Federal, contemplando pressupostos essenciais que se configuram, sobretudo, na busca de menor custo de financiamento no longo prazo e na manutenção de níveis prudentes de risco, além de contribuírem adicionalmente para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

A gestão da DPF é realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, por meio do exercício de sete funções bem definidas.

NECESSIDADE LÍQUIDA DE FINANCIAMENTO	R\$ 654,9 bi
+ VENCIMENTOS DA DPF	R\$ 594,7 bi
DÍVIDA EXTERNA	R\$ 16,8 bi
DÍVIDA INTERNA EM MERCADO	R\$ 528,4 bi
ENCARGOS NO BANCO CENTRAL	R\$ 49, bi
+ OUTRAS DESPESAS	R\$ 113,1 bi
- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	R\$ 52,9 bi

OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Das sete funções relacionadas à DPF, a CGU avaliou quatro, quais sejam: Negociação de Títulos; Formação de Mercado; Registro e; Análise Econômico-Financeira.

FUNÇÕES DA GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL



RESULTADO DA AVALIAÇÃO

NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS DPF

Análise da Função de Negociação de Títulos da DPF, compreendendo a avaliação dos preços dos títulos negociados em leilão e sua adequação aos valores praticados no mercado secundário e aos definidos em taxa de consenso elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base em informações fornecidas pela própria STN.

ADEQUAÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO DA STN NO EXERCÍCIO DA REFERIDA FUNÇÃO

OPORTUNIDADE DE SE PROMOVER A AMPLIAÇÃO DE INSTRUMENTOS GERENCIAIS DESTINADOS A POTENCIALIZAR A EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE DA GESTÃO, TAIS COMO INDICADORES CAPAZES DE FUNDAMENTAR ANÁLISES SOBRE A ECONOMICIDADE DOS PREÇOS DOS TÍTULOS PRATICADOS PELA STN

FORMAÇÃO DE MERCADO DPF

Avaliação da Função de Formação de Mercado da DPF, compreendendo a gestão da STN para estimular o desenvolvimento de um mercado de títulos bem estruturado, regulado, líquido, transparente e com credibilidade para a continuidade das operações de financiamento do Governo ao menor custo possível.

AÇÕES DE GESTÃO ADEQUADAS E ALINHADAS ÀS DIRETRIZES DE BOAS PRÁTICAS INTERNACIONAIS

OPORTUNIDADE DE MELHORIAS NO MARCO REGULATÓRIO E NA TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO PARA ACOMPANHAR A NEGOCIAÇÃO E A LIQUIDEZ DE TÍTULOS NO MERCADO SECUNDÁRIO

FUNÇÃO REGISTRO DPF

Avaliação das ações realizadas no âmbito da Função de Registro da DPF, compreendendo as atividades de emissão, gestão e resgate, bem como o armazenamento dessas transações no Sistema Integrado da Dívida (SID).

OS REGISTROS DOS TÍTULOS EXAMINADOS ESTÃO EM CONFORMIDADE COM SEUS ATOS E FATOS AUTORIZATIVOS

OS TESTES REALIZADOS NO ESTOQUE DO SID, REVELARAM A CONSISTÊNCIA E FIDELIDADE DAS INFORMAÇÕES MANTIDAS

NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA FORTALECIMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E PARA PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA DAS INFORMAÇÕES

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DPF

Avaliação das ações realizadas no âmbito da Função de Análise Econômico-Financeira da DPF, compreendendo as atividades de análise da sustentabilidade da dívida, do seu estoque e da sua composição por credor, provendo informações para avaliação da estratégia macroeconômica global da dívida.

A STN APRESENTA AÇÕES DE GESTÃO ADEQUADAS NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES NO ÂMBITO DA REFERIDA FUNÇÃO

NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA DA GESTÃO DA DÍVIDA – EM SENTIDO AMPLO – ENTRE OS ÓRGÃOS E ENTIDADES CUJAS ATIVIDADES PRODUZEM IMPACTOS SOBRE A GESTÃO DA DPF – SENTIDO ESTRITO

AUSÊNCIA DE ESTIMATIVA DO CUSTO PARA ALTERAR O PERFIL DA DÍVIDA NO LONGO PRAZO, BEM COMO A FALTA DE ANÁLISE DO CUSTO/BENEFÍCIO DESSA ALTERAÇÃO

INEXISTÊNCIA DE INDICADOR COMPARATIVO DO CUSTO ESTIMADO COM O EFETIVAMENTE INCORRIDO AO LONGO DO TEMPO

PROGNÓSTICO DA CGU

A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL POSSUI SUA ESTRUTURA ALINHADA ÀS BOAS PRÁTICAS INTERNACIONAIS DE "DEBT MANAGEMENT OFFICE" (DMO) ADOTADAS NA GESTÃO DE PASSIVOS DE RESPONSABILIDADE GOVERNAMENTAL, COM ESTRUTURAÇÃO DE FUNÇÕES DISTINTAS E BEM DEFINIDAS PARA A REALIZAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES

OPORTUNIDADES DE MELHORIA

APRIMORAR O MARCO REGULATÓRIO, COM INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO DA DPF

AMPLIAR OS MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

CRIAR INSTRUMENTOS GERENCIAIS PARA O MONITORAMENTO DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

CRIAR INSTRUMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO DA NEGOCIAÇÃO E DA LIQUIDEZ DE TÍTULOS PÚBLICOS NO MERCADO SECUNDÁRIO

APRIMORAR A INTERAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS CUJAS ATIVIDADES PRODUZEM IMPACTOS SOBRE A GESTÃO DA DPF, AVALIANDO A OPORTUNIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÊ DE ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E DA COMISSÃO CONSULTIVA DE ENDIVIDAMENTO

ATUAÇÃO DA CGU

A STN editou a Portaria nº 29, de 21/01/2016, que institucionaliza as atividades de gestão da DPF e cria o Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública Federal (COGED)

A STN criou o "Por Dentro das Contas", um informativo sobre os números da dívida pública em linguagem cidadã, que se encontra no site da instituição. Trata-se de uma publicação trimestral que busca desfazer mitos divulgando importantes informações sobre a DPF

ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

Além do acompanhamento das recomendações derivadas dos trabalhos realizados, foram incluídos no Plano Tático de 2018-2019 vários temas que impactam na dinâmica da Dívida Pública, tais como Qualidade do Gasto Público; Avaliação da Governança dos Benefícios Financeiros, Creditícios e Tributários; Eficiência Alocativa; Multiplicidade de Cadastros e Governança das Empresas Estatais.

Pela relevância, o tema continuará a ser objeto de esforço da CGU nos próximos anos, com destaque para atuação no âmbito de iniciativas estruturantes do Governo Federal para avaliação dessas políticas.